

VIDAS PARALELAS

AMÉRICA LATINA Kirchner e Chávez têm em comum alguns problemas e soluções

POR ANTÔNIO LUIZ M. C. COSTA

Quanto ao clima, história política, composição étnica ou estrutura econômica, a Venezuela pouco ou nada se parece com a Argentina. O venezuelano Hugo Chávez e o argentino Néstor Kirchner não poderiam ser mais diferentes em aparência, biografia e estilo. Mas estão cada vez mais próximos e seus atuais problemas econômicos têm muito em comum. Problemas, de certa forma, invejáveis, mas reais.

Tanto Venezuela quanto Argentina vêm de crises político-econômicas profundas, nas quais o modelo receitado pelo Consenso de Washington desmoronou e abriu caminho a experiências tão atrevidas quanto improvisadas, graças às quais o crescimento econômico tem se mantido perto dos 10% anuais, as massas recuperaram poder de compra e o Estado sua capacidade de promover políticas sociais e industriais, mas a inflação também se mantém em patamares incômodos e ameaça continuamente corroer esses avanços.

Na Argentina, o neoliberalismo, local e internacional, garantiu que não havia saída possível da conversibilidade, salvo a dolarização. Depois, advertiu com a volta inevitável e catastrófica da hiperinflação caso a paridade fosse abandonada. Em seguida, com isolamento e colapso da economia em caso de moratória.

A recuperação iniciada no segundo trimestre de 2002 foi descrita primeiro como "veranico", depois como "rebote de um gato morto", depois como um "longo rebote", antes de ser promovida a "armadilha do crescimento", mas as expectativas, ano após ano, continua-

ram a ser ultrapassadas. Em 2003, o crescimento foi de 8,8%, em 2004, de 9%, em 2005, cresceu mais 9,2% e superou o do melhor ano da conversibilidade. Em 2006, cresceu 8,5% e economistas privados prevêem mais 8,3% em 2007 (a previsão oficial é de 7,4%).

Na Venezuela, depois do colapso provocado pela tentativa de golpe contra Chávez, seguida por locautes e pela paralisação da PDVSA no tumultuado ano de 2002, iniciou-se uma recuperação ainda mais marcante: 18,3% em 2004, 10,3% em 2005 e 2006, com expectativa de 7% a 8% em 2007.

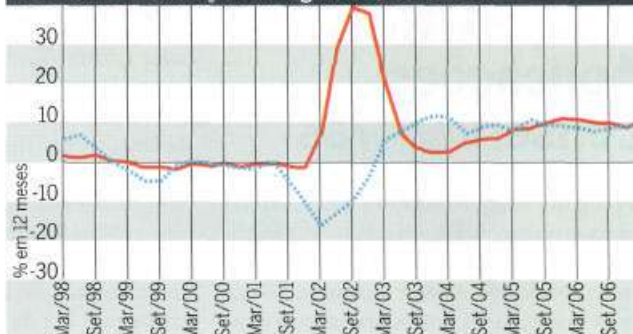
Em ambos os casos, porém, os aumentos de preços também ultrapassaram com regularidade as previsões oficiais. Não se pode falar de inflação galopante - são índices melhores que os do Brasil na época do "milagre" - nem de deterioração inexorável, pois nos dois casos as taxas recuaram depois de chegar a pontos mais altos. Mas são altas pelos padrões destes tempos e mostraram alguma aceleração nos últimos meses.

A Argentina teve inflação de 41% em 2002, 3,7% em 2003, 6,1% em 2004, 12,3% em 2005 e 9,8% em 2006. Na Venezuela, o índice foi de 27% em 2003, 19% em 2004, 14% em 2005 e 17% em 2006.

A inflação de janeiro de 2007 causou muita polêmica em Buenos Aires: a ministra Felisa Miceli, da Economia, destituiu Graciela Bevacqua, diretora encarregada dos cálculos



DILEMAS DO CRESCIMENTO I
crescimento e inflação na Argentina, 1995-2006



^m Crescimento do PIB (acumulado em 12 meses)

[^] Inflação (acumulada em 12 meses)

Fonte: Indec



LESLIE MAZUCH/AP

NA CONTRAMÃO Chávez e Kirchner fazem tudo errado, dizem os neoliberais, mas seus países continuam a crescer

do IPC no Indec (o equivalente argentino do IBGE) para impor uma discutível mudança de metodologia, consistindo basicamente em deixar de usar, em certos casos, os preços reais apurados pelo instituto - de planos de saúde e turismo - para substituí-los por preços teóricos acordados entre esses prestadores de serviços e o governo.

Na Argentina, a alta sazonal dos serviços turísticos, de 16,7% em janeiro de 2006, reduziu-se a oficialmente 3,7% no mesmo mês de 2007. O reajuste de 22% dos planos de saúde foi oficialmente reduzido a 2%, porque um acordo com o governo criou a alternativa de se passar a planos "co-pagos" (nos quais os usuários passam a pagar parte das consultas e serviços) com reajuste menor, embora a maioria dos segurados tenha optado por permanecer no sistema tradicional. Com isso, a inflação oficial do mês fechou em 1,15%, em vez dos 1,8% a 2% previstos pela maioria dos analistas, mas sua confiabilidade tornou-se duvidosa.

A manobra é análoga à manipulação do índice brasileiro em 1973, quando o IBGE dobrou-se à pressão do ministro Delfim Netto para substituir preços reais por preços tabelados "para pesquisador ver" e reduziu o aumento dos preços dos alimentos de 41,4% para 16,4% e o do IPC de 26,6% para 13,7%.

Na Argentina, a medida foi condenada tanto por notórios viúvos da conversibilidade, como o economista Miguel Angel Broda, quanto por críticos do neoliberalismo, como a socióloga e demógrafa Susana Torrado. O índice oficial reajusta salários, tarifas de serviços públicos e bônus da dívida pública, mas tentar manipulá-lo para não realmente a inflação é se arriscar a desacreditar o Indec e criar uma demanda incontrolá-

vel por índices e estatísticas extra-oficiais ou mesmo por uma redolarização de contratos.

Por outro lado, o presidente argentino corre o risco de ver se esgotar sua política de controle de preços e contenção de reajustes nos últimos meses antes das eleições de 28 de outubro, nas quais ele (ou a esposa, Cristina, em seu lugar) é por ora favorito contra seu ex-ministro da economia Roberto Lavagna (de perfil mais centrista), o empresário direitista Maurício Macri, a deputada esquerdista Elisa Carrió do partido Afirmación para una República Igualitaria (ARI) e Rodolfo Terragno, senador da desmoralizada UCR.

A Argentina cresce mais de 8% anuais desde 2003 e o país de Chávez, mais de 10% desde 2004

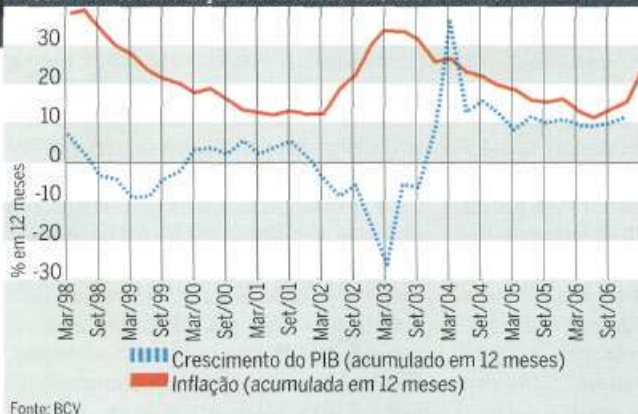
Kirchner teve muitas vitórias: conteve as prestadoras de serviços que exigiam a dolarização de tarifas desde o fim da

conversibilidade (uma das quais, a Águas Argentinas, acabou reestatizada) e convocou um boicote popular que forçou a Esso e a Shell a voltar atrás no reajuste de combustíveis em janeiro de 2005. Sem tais iniciativas, o problema inflacionário certamente seria mais grave. Mas há limites para o represamento de preços em uma economia cuja demanda cresce de maneira tão acelerada. Os investimentos em infra-estrutura e produção não têm acompanhado esse ritmo e a pressão da alta de preços internacionais, principalmente de energia, acaba por vazar pelas frestas dos tabelamentos.

A Venezuela oferece um cenário análogo, ainda que mais exacerbado. A demanda tem sido promovida pelos reajustes salariais e por grandiosos programas sociais, enquanto os empresários privados relutam em investir com receio do "comunismo", quando não sabotam conscientemente a política econômica ou fecham as portas. A controles de preços e tarifas o governo tem somado políticas ainda mais heterodoxas, como a disseminação de armazéns populares que vendem produtos de primeira necessidade a preços subsidiados, mas também essas medidas têm limites.

Chávez não tem eleições a enfrentar em 2007, mas precisa continuamente

DILEMAS DO CRESCIMENTO II
crescimento e inflação na Venezuela, 1995-2006



Fonte: BCV

reafirmar sua legitimidade ante as pressões de uma oposição intransigente. Tem, em princípio, a possibilidade de conter a inflação por meio de importações, já que lhe sobram as divisas do petróleo, mas isso iria contra a política chavista de estimular a agricultura, a indústria e a diversificação da economia, que hoje importa seis em cada dez bens de consumo. Estimular a produção interna implica criar barreiras às importações e oferecer preços atraentes aos produtores nacionais, que naturalmente acabam por afetar o consumidor.

Na Argentina, o trauma da hiperinflação, seguido por um longo período de conversibilidade com inflação baixa ou negativa, deixou uma sensibilidade muito acentuada aos índices de preços. Já na Venezuela, que não chegou a passar por planos mirabolantes de reforma monetária, os 2% de inflação de janeiro de 2007 não apareceram como um dado tão preocupante, nem em relação à conjuntura como um todo nem ao histórico nacional.

A inflação venezuelana tem flutuado entre moderadamente alta e muito alta há décadas. Nos primeiros anos do governo Chávez, que, apesar da indignação da oposição conservadora foram relativamente moderados do ponto de vista da política econômica, chegou-se a reduzir a inflação a 12,3% em 2001 - o índice mais baixo desde 1985. Em 1996, com Rafael Caldera, havia chegado a 103%. Em 1998, último ano antes de Chávez, havia sido de 30%.

Ainda assim, o governo pretende conter a inflação de 2007 em um dígito. O Imposto sobre Valor Agregado (comparável ao ICMS e IPI brasileiros) será reduzido de 13% para 10% em 1º de março e 8% em 1º de julho, e totalmente eliminado para alguns produtos básicos, para frear os índices de inflação de 2007. A renúncia fiscal será compensada com outros impostos, principalmente sobre o patrimônio. Também serão cortados três zeros da moeda a partir de fevereiro de 2008, prática nova na Venezuela, ainda que bem conhecida de brasileiros e argentinos.

Se a semelhança nos problemas monetários e na heterodoxia das soluções tentadas não bastasse para aproximar os dois governos, sua complementaridade financeira o faria. O antiimperia-

lismo e a bonança petrolífera da Venezuela tornaram-na uma fonte potencial de créditos externos para a Argentina, que ainda tem dificuldade de conseguir novos recursos de seus credores tradicionais. Ao mesmo tempo, a venda de bônus argentinos ajuda a



HETERODOXSA, Luta contra a inflação à Kirchner

enxugar a liquidez financeira e conter a inflação na Venezuela. Em novembro de 2006, 1 bilhão de dólares em "Bônus do Sul" foram vendidos em Caracas; em fevereiro, mais 1,5 bilhão de dólares foram postos à venda.

Dai o entusiasmo de Kirchner com a proposta venezuelana do "Banco do Sul", ante a qual o Brasil torce o nariz. A PDVSA está pronta para substituir os investimentos das transnacionais petrolíferas anglo-americanas na Argentina e um empresário venezuelano recentemente impediu que a indústria de alimentos argentina SanCor fosse adquirida por George Soros.

Durante a visita de Bush júnior ao colega uruguaio Tabaré Vázquez, programada para 9 de março, Hugo Chávez deverá estar na outra margem do Prata, em Buenos Aires, a animar uma manifestação das esquerdas portenhas contra o presidente dos EUA. Assim, empresta ao amigo Kirchner uma aura de luta contra o imperialismo que o ajuda a diferenciar-se de seus rivais na luta pela Presidência. Ao mesmo tempo, Chávez evita o isolamento e o apoio argentino o legitima em seu confronto com os EUA, que não se cansam de buscar um pretexto

para interferir nos assuntos venezuelanos por meio da OEA.

Mas, do ponto de vista portenho, a manifestação também visa Montevideú, por ousar construir usinas de celulose contra a vontade de Buenos Aires. Há uma dissonância na parceria: enquanto a Venezuela distribui benesses pela América Latina, aparentemente sem calcular taxas de retorno, a Argentina tem sido autocrática e imediatista, focada nos interesses e com pouca consideração pelos vizinhos - não só o Brasil, pressionado a abrir repetidas exceções às normas do Mercosul para atender a lobbies argentinos, como também os mais fracos. Kirchner tem bloqueado as propostas brasileiras de facilitar as exportações do Paraguai e do Uruguai no Mercosul e de admitir a Bolívia no bloco.

De qualquer forma, ambos, Venezuela e Argentina, terão de pensar em políticas de desenvolvimento mais sólidas a longo prazo, o que inclui tanto uma relação mais madura e equilibrada com os vizinhos quanto um planejamento mais consistente do desenvolvimento. Na decolagem, certa improvisação e o recurso a medidas antiinflacionárias com prazo de validade limitado - de controles de preços a cortes de impostos - podem ser inevitáveis, mas a longo prazo, acertar o passo da oferta, da demanda e dos investimentos é a única maneira de evitar que

uma espiral inflacionária ponha a perder os avanços sociais, políticos e econômicos tão duramente conquistados.

Ainda assim, pode ser melhor correr o risco da ousadia do que o da estagnação perpétua - que igualmente pode pôr a perder a estabilidade social e a convivência civilizada. Financistas talvez tenham outra opinião, mas

aqueles cujas principais preocupações são o futuro de seus filhos e de seu país estarão mais propensos a pensar que, em um país periférico, deixar a economia crescer 10% ao ano e tentar administrar uma inflação também da ordem de 10% é menos irresponsável que, ano após ano, ter essas taxas limitadas a, digamos, 3%. Por exemplo, 2,9% de aumento no PIB e 3,1% no IPC, em 2006. •

A pressa e o imprevisto põem a estabilidade social em risco, mas estagnação longa, também